

DOSSIÊ

(RE)ESCREVENDO A CIDADE COM O CORPO: as visualidades, o dissenso e a coautoria urbana no Largo do Arouche

*Redson Pagnan**

Resumo

Este artigo analisa as visualidades urbanas como constante campo de disputa simbólica, política e espacial, articulando as práticas (e teorias) queer, arquitetura crítica e etnografia urbana. Parte-se da noção de coautoria urbana para compreender a cidade não apenas como produto de projetos institucionais, mas como construção cotidiana atravessada por corpos, usos e sociabilidades. A partir de referenciais da teoria urbana, da antropologia urbana e de práticas arquitetônicas críticas, o trabalho investiga como regimes de visibilidade regulam quem pode aparecer, circular e existir no espaço urbano. A análise empírica concentra-se no Largo do Arouche, em São Paulo, evidenciando como as insurgências queer produzem um território gay-friendly por meio da repetição de usos, da formação de circuitos de sociabilidade e da inscrição de sinais de ocupação no espaço urbano, formando os queer spaces. A pesquisa reafirma a visualidade como gesto, pensamento, ação e escrita política do existir citadino.

Palavras-chaves: espaço urbano; coautoria urbana; queer spaces; visualidades urbanas; Largo do Arouche.

* Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Brasil. E-mail: redson.pagnan@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1912-6661>

INTRODUÇÃO

Sabemos que as cidades não são apenas um suporte físico para a vida social; são um campo ativo de disputas simbólicas, políticas e sensíveis. Aquilo que pode ou não aparecer no espaço urbano (corpos, gestos, falas, afetos, vestimentas, práticas, etc.) é resultado de relações de poder historicamente construídas que organizam o visível e, por consequência, produzem formas específicas de existência cidadina. Neste artigo, o conceito de **visualidades urbanas** não se restringe apenas à dimensão imagética da cidade, mas refere-se aos modos pelos quais corpos, práticas, objetos, arquiteturas e formas de ocupação tornam-se visíveis, reconhecíveis e capazes de produzir sentidos no espaço urbano.

Trata-se de compreender a visualidade como um fenômeno simultaneamente material, simbólico e político, constituído pelas relações entre espaço, experiência e representação. Nessa perspectiva, as visualidades urbanas constituem formas de leitura, produção e disputa da cidade, evidenciando como sujeitos e coletividades negociam sua presença, reconhecimento e formas de existência no espaço público (Souza, 2024; Pereira, 2023; Reginensi e Raposo, 2023).

Assim, a visualidade emerge das próprias práticas sociais que produzem, organizam e significam o espaço urbano, tornando visíveis determinados modos de existir e invisibilizando outros. É nessa perspectiva que Henri Lefebvre (2006) compreende o espaço como uma produção social, simultaneamente condição, meio e resultado das relações que nele se inscrevem. A cidade moderna, forjada a partir dos princípios funcionalistas, racionalizadores e normativos, consolidou uma espacialidade marcada pela onipresença masculina, na qual valores como produtividade, controle e eficiência foram materializados por meio da arquitetura e do urbanismo (Sennett, 1989; 1997; 2016).

Esses saberes espaciais operam como tecnologias de poder que naturalizam determinadas presenças e subjetividades, ao mesmo tempo em que marginalizam ou silenciam outras. Como observa Certeau (2014), a cidade concebida pelo planejamento produz uma representação totalizante, uma “cidade-panorama”, um simulacro teórico, que tende a ocultar a multiplicidade das práticas cotidianas. É justamente no confronto entre essa cidade concebida e a cidade praticada que emergem outras formas de visibilidade e de experiência urbana, produzidas pelos usos, deslocamentos e apropriações dos sujeitos no cotidiano.

Santos (2006) contribui para essa leitura ao compreender o espaço como um sistema indissociável de objetos e ações, no qual as práticas cotidianas revelam as desigualdades profundas na apropriação da cidade. O espaço, longe de ser neutro, constitui-se em um campo de forças, atravessado por interesses, normas e hierarquias que organizam usos, sentidos e possibilidades de existência. Desse modo, o visível urbano não é dado, mas produzido por meio de disputas permanentes entre projetos hegemônicos e práticas vividas.

É nesse contexto que corpos dissidentes, especialmente os corpos *queer*, tensionam o campo do visível ao ocupar, atravessar e ressignificar espaços que historicamente não lhes foram destinados. Ao se tornarem visíveis no espaço público, esses corpos produzem ruídos (Butler, 2003) nas visualidades normativas da cidade, instaurando conflitos que evidenciam o caráter político da vida urbana. Para Cortés (2010), a visibilidade dos corpos dissidentes não se restringe à representação, mas constitui um gesto de resistência frente aos regimes de normalização e controle, colocando em crise os limites do que pode ou não aparecer no espaço urbano.

Mais do que uma simples presença, essas práticas configuram estratégias espaciais que colocam em disputa os limites entre público e privado, norma e desvio, projeto e uso. A cidade, nesse sentido, revela-se como um território instável, produzido tanto por dispositivos institucionais quanto pelas ações ordinárias dos sujeitos. Partindo dessa compreensão, este artigo propõe refletir sobre a cidade como campo de disputa visual, no qual a existência *queer* se constrói por meio de deslocamentos, performances e negociações (Preciado, 2014) constantes com a ordem urbana estabelecida.

Ancorado em diálogos entre a teoria da arquitetura e do urbanismo, as teorias críticas da visualidade e as contribuições da antropologia urbana, o texto compreende o espaço urbano como uma construção relacional, sensível e processual. Nesse embate, emerge a noção de coautoria urbana (Pagnan, 2023), entendida como a capacidade de indivíduos e grupos participarem ativamente da produção de sentidos, usos e visualidades da cidade, escrevendo o urbano a partir de seus corpos, experiências e modos de existir. Ao tensionar a cidade masculina e suas visualidades hegemônicas, as práticas *queer* revelam que o urbano é sempre inacabado, instável e atravessado por conflitos. Pensar a visualidade como gesto, ação e experiência permite, portanto, compreender a cidade não apenas como cenário, mas como uma escrita coletiva, viva e permanentemente disputada, ampliando essa discussão na teoria da arquitetura e do urbanismo.

AS COAUTORIAS DO URBANO: O DISSENSO, AS PRÁTICAS E O PENSAMENTO CRÍTICO DO ESPAÇO

A noção de coautoria urbana não se restringe às práticas cotidianas dos sujeitos que habitam e tensionam o espaço da cidade, mas pode ser ampliada para incluir também determinadas práticas arquitetônicas e artísticas que, ao longo do século XX, atuaram criticamente contra os regimes normativos da produção espacial. Antes mesmo da consolidação do termo *queer* como categoria política e teórica (cf. Butler, 2003), já se observavam modos de pensar e de intervir na cidade que operavam pela recusa da estabilidade, da função rígida e da neutralidade do espaço urbano (Pagnan, 2023).

Nesse sentido, a arquitetura pode ser compreendida não apenas como disciplina projetual, mas também como campo de produção simbólica e política, capaz de instaurar dissensos no modo como a cidade se apresenta, se organiza e se torna visível. Como aponta Lefebvre (2006), o espaço não é um dado natural, mas um produto social, constantemente refeito por práticas, representações e experiências. Assim, determinadas proposições arquitetônicas atuam como gestos críticos que expõem as tensões entre projeto e uso, ordem e improviso, norma e experiência vivida.

Pensando assim, os trabalhos de Alison e Peter Smithson exemplificam essa inflexão crítica ao deslocarem o foco da arquitetura moderna do objeto isolado para as relações cotidianas, os fluxos e os modos de apropriação do espaço urbano. Ao questionarem o urbanismo funcionalista (Sennett, 2016) e enfatizarem a vida ordinária (Certeau, 2014) como matéria do projeto, os Smithsons introduzem uma sensibilidade que rompe com a cidade entendida como forma acabada, aproximando-se da cidade como processo aberto, atravessado por conflitos, encontros e usos imprevistos (Pagnan, 2023). Essa postura já revela uma crítica à visualidade normativa da cidade moderna, ao reconhecer o valor político e simbólico das práticas comuns e dos corpos em movimento.

De maneira ainda mais radical, Gordon Matta-Clark tensiona os fundamentos da arquitetura ao intervir diretamente na materialidade do edifício, por meio de cortes, vazios e operações de subtra-

ção. Suas ações expõem a instabilidade da arquitetura enquanto objeto de controle e de propriedade, revelando o edifício como um corpo vulnerável, atravessado por forças sociais, econômicas e simbólicas. Ao transformar a ruína, o vazio e a impermanência em linguagem, Matta-Clark produz uma visualidade urbana dissidente, que desafia os regimes de visibilidade associados à ordem, à funcionalidade e à permanência do espaço construído (Pagnan, 2023).

No campo das artes e da performance, as proposições de Vito Acconci ampliam ainda mais essa discussão ao colocar o corpo como um dispositivo central na produção do espaço. Suas ações exploram a vigilância, o desconforto, o desejo e a exposição, evidenciando como o espaço urbano é atravessado por relações de poder que regulamentam comportamentos, gestos e presenças. Ao fundir corpo e espaço em experiências limítrofes, Acconci antecipa debates fundamentais sobre visibilidade, controle e subjetividade, que mais tarde seriam centrais às teorias *queer* (Pagnan, 2023).

Essas práticas arquitetônicas e artísticas, embora não nomeadas como *queer* em seu contexto histórico, compartilham a mesma lógica de dissenso: operam contra a normalização do espaço, questionam a autoridade do projeto como forma de controle e abrem fissuras nas visualidades hegemônicas da cidade. Elas revelam que a disputa pelo urbano não ocorre apenas no plano do uso cotidiano, mas também no plano do pensamento espacial, da experimentação formal e da crítica às convenções disciplinares.

Articuladas às reflexões de Santos (2006), essas práticas evidenciam que o espaço urbano é um campo de forças, no qual diferentes agentes (arquitetos, artistas, instituições, coletivos, ações conscientes, dissidentes e ordinárias) participam da produção da cidade. A coautoria urbana, portanto, emerge como um processo relacional, no qual tanto as práticas corporais quanto as proposições críticas de arquitetura contribuem para desestabilizar os regimes de visibilidade e ampliar as possibilidades de existir na cidade.

Compreender essas experiências como parte de uma genealogia crítica do urbano permite reconhecer que a cidade sempre foi atravessada por práticas não normativas, ainda que nem sempre nomeadas *queer*, mas sempre dissidentes, desviantes. Nesse sentido, a arquitetura, quando operada como gesto crítico e não como mera reprodução da ordem, torna-se também uma forma de resistência, antecipando debates que hoje se articulam em torno das visualidades *queer* e das disputas contemporâneas pelo direito de aparecer, ocupar e existir no espaço urbano.

METODOLOGIA

A pesquisa¹ que fundamenta este artigo se constrói a partir de uma abordagem interpretativa do urbano, que entende a cidade como experiência vivida, sensível e relacional. Mais do que um objeto a ser descrito, o espaço urbano é tomado como um campo de atravessamentos, onde corpos, visualidades e práticas cotidianas produzem sentidos, sociabilidades e conflitos. Nesse percurso, o método se organiza como um conjunto de caminhos possíveis que articulam observação atenta, circulação pelo território e leitura crítica do espaço, em diálogo com a etnografia urbana e com a teoria crítica do espaço.

¹ Minha tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo (2019-2023), defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) de São Paulo.

Conforme propõe Magnani (2002; 2012), é no acompanhamento das práticas ordinárias, dos circuitos, dos usos e das apropriações do espaço que se torna possível compreender a lógica social que estrutura a vida urbana para além de seus projetos formais. Essa perspectiva articula-se à leitura de Santos (2006), para quem o espaço resulta da indissociabilidade entre sistemas de objetos e de ações, o que exige uma análise que considere simultaneamente a forma, o uso e a experiência.

Inspirada ainda pelas contribuições de Lefebvre (2006), a metodologia assume que o espaço é socialmente produzido e só pode ser apreendido a partir da relação entre práticas, representações e vivências cotidianas. Nesse sentido, a pesquisa aproxima-se de uma etnografia do sensível, na qual caminhar, parar, observar, fotografar, permanecer e atravessar a cidade tornam-se gestos analíticos fundamentais. O deslocamento urbano é compreendido como prática de leitura e escrita do espaço, permitindo captar ritmos, usos desviantes, encontros e conflitos que escapam às narrativas normativas da cidade planejada. Ao reconhecer o pesquisador como corpo implicado no campo, posição também enfatizada por Magnani (2002; 2012) ao defender uma etnografia atenta às situações e aos contextos de interação, a análise assume-se como processo situado, relacional e atravessado por subjetividades, no qual observar o urbano é também participar de sua produção simbólica e visual.

Dessa forma, a investigação empírica desenvolvida no âmbito da pesquisa de doutoramento (2019/2023) tem como principal recorte espacial o eixo urbano compreendido entre a Avenida Paulista e o Largo do Arouche, na cidade de São Paulo. O trabalho de campo foi conduzido por meio de observações sistemáticas realizadas em diferentes momentos ao longo desse período, articuladas a registros fotográficos, anotações descritivas e a um diário de campo. A pesquisa buscou acompanhar situações de circulação, permanência, sociabilidade e ocupação do espaço público por sujeitos LGBTQIAPN+², compreendendo tais práticas como produtoras de sentidos urbanos e de visualidades específicas.

Faz-se necessário destacar que a pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, circunstância que impactou diretamente a dinâmica dos espaços públicos e as possibilidades de observação contínua do cotidiano urbano. Diante desse contexto, sem abandonar a atenção às práticas ordinárias, a investigação ampliou seu foco para as formas coletivas de organização, cuidado e sociabilidade da população *queer*. Nesse contexto, passaram a compor o campo empírico as ações promovidas por instituições de acolhimento, os serviços de atendimento a essa população (especialmente quem vivia em condição de extrema vulnerabilidade social), iniciativas de distribuição de alimentos, campanhas de vacinação³, eventos comunitários, além de espaços de encontro e convivência, como bares, casas noturnas (nos momentos de flexibilização de medidas de distanciamento/isolamento social) e manifestações públicas de maior escala, como a Parada do Orgulho LGBTQ+⁴.

Portanto, a análise concentrou-se menos na identificação de indivíduos específicos e mais na observação de situações urbanas recorrentes. Também foram considerados elementos como a formação de circuitos de sociabilidade, a ocupação reiterada de determinados espaços, as demonstrações públicas de afeto, as práticas de acolhimento e de cuidado coletivo, bem como as negociações

² Sigla oficial utilizada pelo autor do texto.

³ A incorporação dessas situações permitiu compreender como, em um contexto de restrição da circulação cotidiana, formas coletivas de cuidado, acolhimento e sociabilidade também participavam da produção de territorialidades e visualidades *queer* na cidade.

⁴ Sigla oficial utilizada pela Organização da Parada.

cotidianas envolvendo visibilidade, reconhecimento e vigilância. Esses materiais foram posteriormente interpretados à luz da teoria urbana, da antropologia urbana e das contribuições das teorias *queer*. Assim, buscou-se compreender como determinadas práticas produzem visualidades urbanas dissidentes que compõem a constituição de territórios de pertencimento na cidade.

Partindo dessas reflexões, a análise empírica e interpretativa toma as práticas urbanas contemporâneas de corpos *queer* como operadores críticos para compreender as disputas de visualidade no espaço urbano. Mais do que descrever situações específicas, a análise investiga como gestos, deslocamentos, ocupações e modos de aparecer produzem fissuras nas visualidades normativas da cidade, revelando o urbano como um território em permanente conflito. Nessa perspectiva, as intervenções de Matta-Clark constituem uma importante chave interpretativa para compreender essas dinâmicas. Ao realizar cortes em edifícios existentes, o artista não promovia apenas uma subtração material, mas evidenciava estruturas, hierarquias e lógicas espaciais anteriormente naturalizadas pela arquitetura.

De maneira semelhante, as práticas urbanas observadas no Largo do Arouche não apenas desafiam simbolicamente as normas sociais. Também tornam visíveis os regimes cotidianos que regulam a circulação, a permanência e a visibilidade dos corpos no espaço público. As fissuras produzidas por essas práticas revelam que a aparente neutralidade da cidade é resultado de processos históricos de normatização continuamente negociados, contestados e ressignificados. Ao articular pensamento arquitetônico crítico e a experiência urbana vivida, podemos compreender que a co-autoria urbana surge desse tensionamento, como um processo pelo qual as práticas cotidianas não apenas ocupam o espaço, mas também expõem, transformam e reescrevem as formas estabelecidas de produzir e imaginar a cidade.

O QUEER EM SITU(AÇÃO): O LARGO DO AROUCHE E A PRODUÇÃO DE UMA VISUALIDADE URBANA DISSIDENTE

A noção de “sinais de ocupação”, formulada por Smithson e Smithson (1967) a partir da observação do cotidiano urbano, refere-se às marcas deixadas pelo uso e pela apropriação do espaço, revelando a distância entre o projeto concebido e a cidade experienciada. Para os arquitetos, esses sinais correspondem às marcas deixadas pelo uso cotidiano do espaço (gestos, permanências, ações, improvisos e apropriações), que também constituem a noção de “pedaço”, conceito de Magnani (2002; 2012) que designa um espaço intermediário entre o domínio estritamente privado (a casa) e o espaço público e impessoal da cidade. Mobilizando esses conceitos, a pesquisa os desloca para o campo das práticas dissidentes, e assim reconhece nos corpos *queer* sinais específicos de ocupação que inscrevem no espaço urbano outras formas de existir e de aparecer, circunscrevendo determinados *pedaços*.

Partindo dessas estratégias cartográficas sobre os sinais de ocupação (*cf.* Smithson e Smithson, 1972), a montagem visual apresentada (figuras 1 e 2) evidencia como esses sinais não se manifestam de modo isolado, mas se constroem em escalas de aproximação: Casa, Rua, Bairro, Cidade e Relações⁵, que vão do íntimo ao coletivo. Assim, os sinais de ocupação deixam de ser apenas indícios de uso para se torna-

⁵ As escalas mobilizam diferentes conceitos. Casa: memória, identidade, pertencimento. Rua: circulação, encontro. Bairro: permanências, circuitos. Cidade: visibilidades públicas, política. Relações: dimensão transversal, que conecta todas as escalas anteriores. Estas relações podem ser observadas mais detalhadamente na tese de doutorado indicada na pesquisa (vide Pagnan, 2023).

rem operadores críticos na compreensão da coautoria urbana e das disputas de visualidade que estruturam a experiência cidadina, a partir de um pedaço da cidade.

Figura 1: Cartografia sensível das visualidades e dos sinais de ocupação no Largo do Arouche (Escalas: Casa e Rua).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Além disso, as imagens não buscam registrar apenas encontros ou interações diretas, mas também formas de copresença (Butler, 2018), nas quais a coexistência dos corpos no espaço urbano constitui, por si mesma, uma prática política de aparecimento e de reivindicação do direito de existir publicamente. Dessa forma, a organização das imagens inspira-se na leitura dos sinais em um pedaço específico da cidade de São Paulo, referência geográfica reconhecida pela comunidade *queer*. Assim, ao invés de representar o Largo do Arouche como uma unidade territorial homogênea, a cartografia reúne fragmentos visuais que evidenciam presenças, permanências, circuitos, usos cotidianos e formas de reconhecimento construídas pelos e para os sujeitos. Mais do que registrar um lugar, procura revelar como determinadas visualidades emergem da repetição das práticas urbanas.

Dessa forma, a análise empírica desenvolvida (no eixo que compreende os arredores da Avenida Paulista até o Arouche) toma o Largo do Arouche, em São Paulo, como um pedaço privilegiado para compreender como práticas corporais e usos cotidianos produzem deslocamentos nas visualidades normativas da cidade. Historicamente marcado por fluxos diversos e por uma intensa circulação urbana, o Arouche não se configura originalmente como um espaço planejado para a sociabilidade LGBTQIAPN+, mas torna-se, ao longo do tempo, um território reconhecido como *gay-friendly*⁶ a partir da repetição de práticas, presenças e modos de aparecer no espaço público.

⁶ *Gay-friendly* (ou LGBTQIA+-friendly) é um termo em inglês usado para designar lugares, políticas, pessoas ou instituições que são abertos, acolhedores e seguros para a comunidade LGBTQIA+.

A observação de cenas cotidianas (circulação em grupos e coletivos, circulação de casais homoafetivos, ações assistenciais, festas, manifestações etc.) constitui ações dissidentes em prol da comunidade, além de algumas formas específicas de ocupar (figura 2) comércios, praças, calçadas e bares do entorno⁷, o que evidencia que a constituição desse lugar não se dá por meio de uma intervenção formal, mas por uma construção gradual e relacional.

Figura 2: Cartografia sensível das visualidades e dos sinais de ocupação no Largo do Arouche (Escala: Bairro e Relações).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Conforme propõe Magnani (2002; 2012), é a partir da recorrência das práticas e da consolidação de circuitos urbanos que determinados espaços passam a adquirir sentidos compartilhados (daí a noção das relações como uma escala conectiva). No caso do Arouche, a repetição dessas presenças produz um campo de reconhecimento mútuo, no qual a visibilidade deixa de ser excepcional e passa a ser negociada como parte do cotidiano.

Essa dinâmica revela que o espaço urbano não antecede a prática, mas é continuamente produzido por ela (Pagnan, 2023). A partir de Lefebvre (2006), pode-se compreender o Largo do Arouche como um espaço vivido, em tensão permanente com o espaço concebido. Embora inserido em uma malha urbana marcada por normas de circulação, vigilância e controle, o lugar é ressignificado por usos que escapam às expectativas do planejamento. A presença reiterada de corpos *queer* expõe a fragilidade da suposta neutralidade do espaço público, tornando visíveis os códigos implícitos que regulam quem pode aparecer, permanecer e expressar afetos na cidade. Ao mesmo tempo, essa produção do lugar não ocorre sem conflito. A visibilidade conquistada é constantemente atravessada por olhares de vigilância, abordagens policiais, comentários hostis ou tentativas de normalizar comportamentos.

⁷ Podem ser analisadas mais detalhadamente na tese de doutorado mencionada neste artigo (Pagnan, 2023).

Como aponta Cortés (2010), o corpo dissidente, ao tornar-se visível, ativa mecanismos de controle que buscam reinscrevê-lo na ordem dominante. No Arouche, a tolerância à presença *gay* revela-se instável, dependendo do horário, da intensidade da circulação, do tipo de corpo e da performance de gênero apresentada (Pagnan, 2023). Assim, o que se configura como espaço *gay-friendly* é sempre resultado de negociações precárias e situadas, gerando visualidades urbanas específicas e até mesmo controladas.

Essa instabilidade pode ser lida também a partir de Santos (2006), para quem o espaço resulta da interação entre sistemas de objetos e de ações. No Largo do Arouche, mobiliários urbanos, iluminação pública, bares, fluxos viários e dispositivos de controle coexistem com ações que subvertem seus usos previstos. Corpos que permanecem onde se espera apenas passagem, gestos de afeto em um espaço pensado como funcional, olhares que se cruzam e produzem reconhecimento transformam temporariamente o significado do lugar. O espaço, assim, não muda materialmente, mas é reprogramado simbolicamente pelas ações que o atravessam.

O Arouche evidencia, portanto, que a produção de um espaço *gay-friendly* não se dá por meio de uma identidade fixa atribuída ao lugar, mas por uma coautoria urbana cotidiana, construída a partir da presença reiterada de corpos dissidentes. Esses corpos, ao aparecerem, escrevem o espaço com seus gestos, ritmos e modos de existir, instaurando fissuras nas visualidades normativas da cidade. Como nas fissuras de Matta-Clark, trata-se de uma intervenção que não acrescenta forma, mas expõe tensões, fragilidades e conflitos já presentes na estrutura urbana.

Desse modo, o Largo do Arouche torna-se um rico exemplo para compreender como a cidade é continuamente refeita por práticas que desafiam seus regimes de visibilidade. A existência *queer*, longe de se constituir apenas como identidade social, emerge aqui como prática espacial capaz de produzir lugares, deslocar sentidos e revelar o urbano como campo de disputa permanente entre norma e experiência vivida. O Largo do Arouche não se define por uma delimitação administrativa ou por um projeto urbano específico, mas por uma densidade de usos, presenças e reconhecimentos que, reiterados no cotidiano, consolidam o lugar como referência para sociabilidades dissidentes na cidade de São Paulo, movimentando a economia e a cultura⁸.

Essa forma de constituição territorial também tensiona as concepções clássicas de lugar (cf. Augè, 2012) associadas à estabilidade, à permanência e à fixidez espacial. Embora muitas das práticas *queer* observadas sejam marcadas pela mobilidade, pela intermitência e pela constante negociação de sua visibilidade, sua recorrência também produz vínculos, memórias e formas de reconhecimento coletivo. O pertencimento, nesse contexto, não decorre da permanência física dos sujeitos ou da institucionalização do território deste “lugar antropológico” (cf. Augè, 2012), mas da contínua atualização das práticas sociais que fazem o Arouche ser também um lugar reconhecido, permanentemente produzido, renegociado, tensionando também a ideia do “não-lugar”. Isto é, os espaços de exclusão, insalubres e inóspitos podem (e são) também constituidores de experiências, formadores de identidades, dotados de qualidades e da possibilidade de relações⁹ (Pagnan, 2024).

Essa lógica de constituição do espaço aproxima o Largo do Arouche de outros territórios *queer* consolidados em grandes cidades globais, como o *Castro*, em San Francisco; o *L'Eixample*, em Bar-

⁸ A discussão aprofundada acerca das relações entre lugar, não-lugar e territorialidades *queer*, desenvolvida a partir da mesma pesquisa de doutorado, pode ser encontrada em **Pagnan (2023)**, onde se examinam as tensões entre pertencimento, mobilidade e produção social do espaço no contexto do Largo do Arouche.

⁹ As dinâmicas das relações entre lugar e não-lugar podem ser analisadas mais detalhadamente em Pagnan (2024).

celona; o *Le Marais*, em Paris; o *Schöneberg*, em Berlim; o *Greenwich Village*, em Nova Iorque; e até mesmo o *San Telmo*, em Buenos Aires. Em todos esses casos, a formação de bairros reconhecidos como *gays* ou *gay-friendly* não decorre exclusivamente de políticas urbanas ou de intervenções formais¹⁰, mas da acumulação histórica de práticas, da repetição de circuitos de sociabilidade e da produção de uma visualidade compartilhada que transforma o espaço urbano em território de pertencimento (Pagnan, 2023). Reitera-se que se trata de lugares produzidos pela presença contínua dos corpos, pela circulação, pela permanência e pela construção de redes de saberes e de reconhecimentos mútuos.

Entretanto, o Largo do Arouche apresenta especificidades que o diferenciam de algumas dessas experiências internacionais. Estudos sobre territorialidades LGBTQIAPN+, como os desenvolvidos por Bell e Binnie (2004), demonstram que os chamados espaços *queer* não constituem somente recortes geográficos. Resultam de processos contínuos de negociação entre a visibilidade, o pertencimento e a cidadania. Nessa perspectiva, a produção desses territórios depende menos de delimitações formais e mais das práticas sociais que os sustentam cotidianamente.

De modo semelhante, Castells (1983) observou que a consolidação de territórios *gays* em cidades como San Francisco esteve associada à formação de redes de sociabilidade, de reconhecimento mútuo e de mobilização política capazes de transformar determinadas áreas urbanas em referências identitárias. Mais recentemente, Ghaziani (2014) argumenta que muitos desses espaços passaram por processos de institucionalização e de reconhecimento social que alteraram suas formas tradicionais de ocupação e de pertencimento, tornando mais fluidas as fronteiras dos chamados *gayborhoods*¹¹.

O Largo do Arouche dialoga com essas experiências na medida em que também se constitui por meio da presença reiterada de corpos dissidentes, da construção de circuitos de sociabilidade e da produção coletiva de sentidos de pertencimento, como já afirmado. Contudo, diferencia-se pelo caráter mais instável e negociado dessa territorialidade. Ao contrário de territórios amplamente institucionalizados, sua condição de espaço *queer* permanece atravessada por conflitos políticos, urbanos, vulnerabilidades sociais, disputas simbólicas e processos permanentes de reivindicação do direito à cidade. Assim, a coautoria urbana observada no Arouche não decorre de um reconhecimento consolidado, mas da constante produção de visualidades dissidentes, que reafirmam, contestam e reinventam cotidianamente as possibilidades de existência no espaço urbano.

Assim, do mesmo modo que ocorre nos contextos internacionais, o Largo do Arouche se consolida como território *queer* por meio de uma coautoria urbana cotidiana, marcada pela difícil negociação da visibilidade constante com a cidade normativa. A visibilidade conquistada é sempre instável (como sabemos, historicamente), atravessada por conflitos, disputas simbólicas e tentativas de controle, o que evidencia que tais espaços não são zonas de exceção plenamente protegidas, mas territórios em permanente tensão. Essa comparação permite compreender que o Arouche integra uma geografia urbana mais ampla, na qual práticas dissidentes produzem lugares semelhantes em diferentes contextos culturais, reafirmando que a cidade é continuamente escrita pelos corpos que a habitam e a disputam, independentemente de maior ou menor institucionalização.

¹⁰ Nos casos internacionais citados, a atuação política e cultural *queer* é mais institucionalizada e reconhecida em nível governamental. De certa forma, é mais “formalizada” e legitimamente reconhecida, o que amplia seu reconhecimento popular.

¹¹ São áreas urbanas com alta concentração de residentes, de comércio, de vida noturna e de instituições voltadas para a comunidade “*gay*”. Elas oferecem espaços seguros, redes de apoio e uma rica herança cultural.

Portanto, a coautoria urbana *queer* é sempre em busca de visibilidade e reconhecimento em um território de disputa, nunca dado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano revela-se, neste trabalho, como um campo de disputas em torno da visualidade, no qual corpos, práticas e sociabilidades produzem modos específicos de existir na cidade. A análise evidencia que ser visível ou invisível na cidade não é uma condição neutra, mas o resultado de negociações constantes entre normas, corpos e práticas.

A visualidade, longe de ser um dado neutro, configura-se como processo relacional e instável, continuamente negociado entre normas, usos e presenças dissidentes no espaço urbano. E, nesse contexto, foi compreendida não apenas como imagem, mas como gesto, pensamento, ação e experiência situada, por meio da qual o urbano se revela como espaço de conflito e produção de sentidos, especialmente quando falamos da comunidade *queer*.

A noção de coautoria urbana, central à tese que fundamenta este trabalho, permitiu tensionar a ideia de cidade como produto exclusivo de projetos institucionais ou de lógicas disciplinares. Ao contrário, a pesquisa demonstra que a produção do espaço urbano se dá também (e de forma decisiva) nas práticas ordinárias, nas sociabilidades cotidianas e nos usos desviantes que reconfiguram o campo do visível.

Os sinais de ocupação, retomados a partir dos Smithsons e reinterpretados à luz das teorias e práticas *queer*, operam como dispositivos de leitura das visualidades urbanas, revelando como o corpo, ao ocupar o espaço, escreve a cidade e desafia seus regimes normativos de aparência e conduta.

A análise do Largo do Arouche evidenciou como um espaço urbano se constitui como território *queer* a partir da repetição de práticas, da formação de circuitos de sociabilidade e da produção de uma visualidade compartilhada. O Arouche se produz como lugar não por uma identidade previamente atribuída, mas por meio de situações urbanas nas quais corpos dissidentes se fazem visíveis, instaurando conflitos, reconhecimentos e negociações. Essa dinâmica revela o urbano como campo de luta simbólica, no qual o existir citadino *queer* se constrói em tensão permanente com normas que regulam performativamente o que pode ou não aparecer no espaço público.

Ao aproximar essa experiência de outros territórios *queer* consolidados em cidades globais, como São Francisco, Nova Iorque, Paris etc., o recorte do espaço evidencia que tais processos fazem parte de uma lógica urbana recorrente. Nos diferentes contextos culturais, a constituição desses espaços revela como as visualidades urbanas operam na produção das sociabilidades e das subjetividades, ao mesmo tempo em que expõem as desigualdades e disputas que atravessam o direito de existir na cidade. O Arouche, nesse sentido, integra uma geografia ampliada de práticas urbanas dissidentes, nas quais o visível se afirma como campo de poder e expressão.

Por fim, ao articular práticas arquitetônicas críticas (como as dos Smithsons, Matta-Clark e Accardi) com a análise etnográfica, a pesquisa amplia a compreensão da visualidade como recurso, ação e escrita do mundo. Essas experiências revelam que a crítica ao urbano não se dá apenas no uso cotidiano, mas também no pensamento espacial que questiona normas, funções e hierarquias do visível. Assim, ao tratar a cidade como escrita coletiva e instável, este trabalho reafirma que o existir citadino é sempre atravessado por disputas de visualidade, nas quais aparecer, ocupar e ser

reconhecido constituem atos profundamente políticos. Ainda, a pesquisa contribui com a ampliação das discussões acerca do queer, dentro da teoria da arquitetura e do urbanismo (tensionando sua hegemonia), assim como da filosofia e da sociologia urbana, sendo uma ampla categoria de análise social do sujeito e do espaço.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à Universidade Presbiteriana Mackenzie e, também, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Villac, e à Prof.^a Dr.^a Volia Regina Kato, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa e do meu próprio desenvolvimento enquanto arquiteto-professor-pesquisador; Ao grupo de pesquisa “Teoria-Projeto: Cultura-Sociedade”.

Financiamento

CAPES/PROEX – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Bolsa de Excelência Acadêmica.

Disponibilidade de dados

Os dados que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis na tese de doutorado disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/b311af2f-5e31-4d4b-be8c-151cb53fe363>

REFERÊNCIAS

- ACCONCI, Vito. **Public space in a private time**. New York: Critical Press, 1990.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. 111 p.
- BELL, David; BINNIE, Jon. *Authenticating queer space: citizenship, urbanism and governance*. **Urban Studies**, London, v. 41, n. 9, p. 1807-1820, 2004. DOI: 10.1080/00420980420002431. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/0042098042000243165>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288 p.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.
- CASTELLS, Manuel. **The City and the Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements**. Berkeley: University of California Press, 1983. 450 p.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 320 p.
- CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 215 p.
- CROW, Thomas; **Gordon Matta-Clark**. Editado por Corinne Diserens. London: Phaidon Press, 2003. 242 p.
- GHAZIANI, Amin. **There Goes the Gayborhood?** Princeton: Princeton University Press, 2014. 360 p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 476 p.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfv-VWbkbgsfQD7ytj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2003. 168 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. 248 p.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

PAGNAN, Redson. **Espaço urbano e subversão queer: deslocamentos de resistência, percursos e conflitos de coautoria urbana**. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, 2023. 166 p. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/b311af2f-5e31-4d4b-be8c-151cb53fe363>. Acesso em: 01 dez. 2025.

PAGNAN, Redson. DO NÃO-LUGAR AO LUGAR ANTROPOLÓGICO: Práticas insurgentes no território das pessoas trans em situação de rua. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 8, n. 28, p. 332-341, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/26588/19709>. Acesso em: 01 dez. 2025.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Malabaristas urbanos e a narrativa de uma cidade cultural: O que dizem os semáforos de Imperatriz (MA). **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 18, n. 1, p. 20-32, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/40334/26064>. Acesso em: 10 jul. 2026.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223 p.

REGINENSI, Catherine; RAPOSO, Paulo. Caminhadas e itinerários entre Rio de Janeiro e Lisboa. Artistas e ativistas urbanos entre sociabilidades e formas de resistir. **Ponto Urbe, [S. l.]**, v. 31, n. 1, p. 1-32, 2023. DOI: 10.4000/pontourbe.15089. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/pdf/15089>. Acesso em: 10 jul. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 260 p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 448 p.

SENNETT, Richard. **Carne y piedra: el cuerpo y la ciudad en la civilización occidental**. Madrid: Alianza, 1997. 452 p.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016. 328 p.

SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter. **Urban structuring: studies of Alison & Peter Smithson**. London: Studio Vista, 1967.

SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter. **Signs of Occupancy**. *Architectural Design*, London, v. 42, n. 2, fev. 1972.

SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter. **Without rhetoric: an architectural aesthetic, 1955–1972**. London: Academy Editions, 1973.

SOUZA, Eder Claudio Malta. Espaços políticos do consumo: Juventudes, políticas de visualidades e ativismos canábicos. **Revista TOMO, [S. l.]**, v. 43, e21016, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/21016/16360>. Acesso em: 10 jul. 2026

Abstract

Key-Words

(Re)writing the city with the body: visualities, dissensus, and urban co-authorship at Largo do Arouche, São Paulo, Brazil

Abstract

This article analyzes urban visualities as a constant field of symbolic, political, and spatial contestation, bringing together queer practices (and theories), critical architecture, and urban ethnography. It draws on the notion of urban co-authorship to understand the city not merely as the product of institutional projects, but as an everyday construction shaped by bodies, uses, and forms of sociability. Drawing on frameworks from urban theory, urban anthropology, and critical architectural practices, the study investigates how regimes of visibility regulate who can appear, circulate, and exist within urban space. The empirical analysis focuses on Largo do Arouche in São Paulo, Brazil, highlighting how queer insurgencies produce a gay-friendly territory through the repetition of uses, the formation of sociability circuits, and the inscription of signs of occupation onto the urban landscape—thereby creating queer spaces. The research reaffirms visuality as a gesture, a mode of thought, an action, and a political act and writing one's urban existence.

Keywords: urban space; urban co-authorship; queer spaces; urban visualities; Largo do Arouche.

Resumen

Palavras Chave

(R)escribiendo la ciudad con el cuerpo: visualidades, disidencia y coautoría urbana en Largo do Arouche, São Paulo, Brasil

Resumen

Este artículo analiza las visualidades urbanas como un campo constante de disputa simbólica, política y espacial, articulando prácticas (y teorías) queer, la arquitectura crítica y la etnografía urbana. Parte de la noción de coautoría urbana para comprender la ciudad no solo como producto de proyectos institucionales, sino como una construcción cotidiana atravesada por cuerpos, usos y sociabilidades. Basándose en referencias de la teoría urbana, la antropología urbana y las prácticas arquitectónicas críticas, el trabajo investiga cómo los regímenes de visibilidad regulan quién puede aparecer, circular y existir en el espacio urbano. El análisis empírico se centra en Largo do Arouche, en São Paulo, Brasil, y destaca cómo las insurgencias queer producen un territorio gay-friendly mediante la repetición de usos, la formación de circuitos de sociabilidad y la inscripción de signos de ocupación en el espacio urbano, conformando así espacios queer. La investigación reafirma la visualidad como gesto, pensamiento, acción y escritura política de la existencia urbana.

Palabras clave: espacio urbano; coautoría urbana; espacios queer; visualidades urbanas; Largo do Arouche.

Histórico

Recebido: Dezembro/25

Primeiro Parecer: Maio/26

Segundo Parecer: Junho/26

Aceito: Junho/26

Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Junho/26

Revisado Autor: Julho/26

Publicado: Julho/26

Equipe Editorial Revista TOMO envolvida no processo editorial deste artigo

Marina de Souza Sartore (Editora-chefe)

Laura Cintra (Editora Assistente Júnior)

Contato: revistatomo@gmail.com